

Gislene Silva Martins

**SEXO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ALGUMAS
CONSIDERAÇÕES SOBRE COMO ABORDAR A QUESTÃO COM CRIANÇAS DE
2 E 3 ANOS**

Belo Horizonte

2013

GISLENE SILVA MARTINS

SEXO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES
SOBRE COMO ABORDAR A QUESTÃO COM CRIANÇAS DE 2 E 3 ANOS

Monografia apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Docência na Educação Infantil.

Orientadora: Luciana da Silva de Oliveira

BELO HORIZONTE

FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UFMG

2013

RESUMO

O presente estudo analisou como os profissionais da educação infantil percebem e lidam com as questões de sexo e sexualidade infantil. A proposta de estudo exploratório buscou conhecer o modo como as educadoras, que trabalham com crianças de dois e três anos, percebem e lidam com essas questões no cotidiano de uma creche, além de procurar compreender o que a legislação traz para orientar esses profissionais. A fim de responder tais questões, decidi pela pesquisa-intervenção, realizando algumas entrevistas exploratórias e, depois, uma intervenção na instituição estudada. Os achados foram analisados e confrontados a partir de Schindhelm, que fez investigações a fim de conhecer a sexualidade infantil e suas manifestações na escola. Também nos baseamos nos RCNEI, que afirmam a importância da sexualidade no desenvolvimento e na vida psíquica das pessoas, e, em Zornig e Schindhelm, que abordam a questão escudados em Freud e Foucault. Podemos afirmar, afinal, que é na escola que aparece a maior parte das manifestações da sexualidade, por ser a um lugar de convívio social muito favorável a elas. Pode-se perceber que as educadoras ainda têm a visão da infância como “a época da inocência”, não sabendo assim, como agir em algumas situações. Para a maioria das entrevistadas, outro problema é em relação às famílias, o temor da reação dos pais por acharem que a sexualidade infantil é um “erro”, e por isso deve-se apenas reprimir ou fingir que não se viu nada.

Palavras-chave: sexo e sexualidade, educação infantil.

ABSTRACT

The present study has examined how early childhood professionals perceive and deal with issues of childhood sexuality. The exploratory study has sought to know how the educators, working with children two and three years, perceive and deal with these issues in a daycare daily, beyond seeking to understand what says the legislation to guide these professionals. In order to answer these questions, I've decided by the research intervention, performing some exploratory interviews and, after, an intervention in the target studied. The findings were analyzed and compared from Schindhelm who has made some investigations in order to know childhood sexuality and its manifestations at school. We has also rely on RCNEI that recognize the importance of sexuality in development and psyche and on Zomig and Schindhelm, that address this issue shielded by Freud and Foucault. We can say, after all, that is at school that appears most manifestations of sexuality because this is a place of social interaction that is very favorable to them. It can be noticed that educators still have the vision of childhood as "a time of innocence" and don't know how to act in certain situations. For most interviewees. Another problem concerns to the relationship with families. The fear of the reaction of parents who think childhood sexuality is an "error" makes them believe that they should just repress or pretend not to see anything.

Key-words: sex and sexuality, childhood education.

SUMÁRIO

Introdução	6
Estado da arte	9
Metodologia	14
Discussão e análise dos achados	18
Considerações finais	27
Referências	29
Apêndice	30

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa busca estudar como os profissionais da educação infantil percebem e lidam com as questões de sexo e sexualidade, com crianças de dois e três anos, na sua prática diária, com o objetivo de analisar qual ou quais são a(s) percepção(ões) desses profissionais em relação a sexualidade dessas crianças.

Diante da necessidade de orientar, instruir o desenvolvimento sadio das crianças, o educador assume uma responsabilidade importante na vida desses pequenos educandos. A sexualidade, quando relacionada à infância, ainda hoje, é pouco falada e explicada e, por isso, permanece como uma terra incógnita. Como disseram Constantine e Martinson (1984, apud Schindhelm, 2011) os adultos por vezes a experienciam como uma temática assustadora e, muitas vezes, proibida.

Criança e sexualidade são instituições sociais ligadas a práticas relacionais e modos de educação, que caminham e convivem juntos sob influências do meio cultural. Como relata Schindhelm (2011): cada comunidade vive e experiêcia a sexualidade de formas diferentes. Por isso esse tema de estudo faz-se necessário e poderá contribuir com as educadoras infantis que trabalham com crianças pequenas.

Minha experiência na Educação Infantil é bem recente, costumo dizer que não escolhi a Educação Infantil, mas a Educação Infantil me escolheu. Digo isso porque, quando comecei meus estudos, já comecei na antiga primeira série, e estudei em uma sala multi-seriada em uma escola da zona rural no Norte de Minas Gerais. Nesta escola havia somente duas salas, uma de primeira e segunda série e a outra, de terceira e quarta séries. Naquela época eu nem sabia que existia Educação Infantil: só colheitas, plantações, carvoeiras e etc.

Após a oitava série, fiz o curso médio de Magistério que, naquela época, habilitava para o trabalho com as séries do antigo primário. Em 1999 ingressei na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FaE/UFMG) e cursei Pedagogia. Me especializei em Gestão e Coordenação Pedagógica, e em Alfabetização Leitura e Escrita e Educação de Jovens e Adultos (EJA). A única especialização que não cursei foi a ênfase em Educação Infantil, pois não tinha muito interesse. Algum tempo depois, fiz uma Especialização em Educação a Distancia e outra em Inspeção Escolar. Comecei a trabalhar na Supervisão Pedagógica e, logo depois, paralelamente comecei a lecionar no Curso Normal para a Educação Infantil, na rede Estadual de Minas Gerais. Também fui aprovada em um concurso público da Prefeitura de Ribeirão das Neves e fui lotada em uma escola de Educação

Infantil, pela qual me apaixonei e continuei trabalhando desde então. Por esse motivo sempre digo que foi a Educação Infantil que me escolheu.

Agora tive a necessidade de uma maior qualificação na área, pois não pretendo deixar de trabalhar com a esse nível de ensino. Na verdade meu gosto pela área começou no curso secundário de Magistério, mas tive muitas dificuldades, tive que estudar, buscar bibliografias por minha conta. Como diz o ditado popular “corri muito atrás”, li as Proposições Nacionais para Educação Infantil e diversos textos da área.

Bem, na instituição de Educação Infantil, constantemente nos deparamos com inúmeros desafios, mas, um que me intriga e aos educadores no trabalho com as crianças pequenas, são as questões ligadas ao tema “sexo e sexualidades” dos pequenos. Podemos perceber muitas dúvidas, principalmente das educadoras em relação ao tema e isso me motivou a desenvolver meu projeto de Análise Crítica da Prática Pedagógica (ACPP), do Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil (DOCEI), da FaE/UFMG, sobre esse tema.

Assim, a presente pesquisa buscou responder a questão de como os profissionais da Educação Infantil percebem e lidam com as questões de sexo e sexualidade, na sua prática diária. A proposta do estudo exploratório buscou conhecer o modo como os educadores infantis, que trabalham com crianças de dois e três anos, percebem e lidam com as questões de sexo e sexualidade nos seu dia-a-dia. Entender como o currículo escolar orienta o trabalho desse profissional, as orientações legais e a colaboração da família, assim como as influências que essas crianças recebem de diversas fontes. Para tentar responder a essas questões escolhi a pesquisa-intervenção por fazer uma reflexão sobre a prática e contribuir com a prática das educadoras em seu trabalho diário.

Como questões de estudo pretende-se verificar como é a percepção dos professores de educação infantil em relação a sexualidade das crianças de dois e três anos no seus dia-a-dia? E como os profissionais da educação infantil lidam com as questões ligadas ao sexo e sexualidade no seu dia-a-dia?

Essa pesquisa se justificava pela importância do tema nas práticas diárias no trabalho com as crianças pequenas. Hoje as crianças têm acesso a informações a todo o momento, da família, dos coleguinhas e dos meios de comunicação. Logo, o educador se encontra frente a uma complexa e delicada realidade na qual deve ter cautela na abordagem de situações que envolvam a sexualidade infantil.

Como seria essa abordagem? Haveria um único modo “correto”? Existe uma única maneira? Tem como responder a todas as questões e dúvidas dos pequenos? Podemos citar

como exemplo a mídia, que “educa” e influencia o modo como cada um vai entender e lidar com sua sexualidade, como nos diz Schindhelm (2011 p. 06):

As crianças são pessoas em relação com as outras e, por isso, sujeitas a influências sociais e afetivas nas suas escolhas e na construção de suas identidades e comportamentos. Na expressão de suas sexualidades, tendem a ser alvo de vigilância e ficam enquadrados como figuras desviantes do esperado, por adotarem atitudes ou comportamentos não condizentes com aqueles instituídos e normatizados pelo ambiente escolar.

Assim, para responder a essas e outras questões, o trabalho foi organizado da seguinte forma: 1) o estado da arte, que buscou o que tem se produzindo sobre o tema nos últimos cinco anos e em quais veículos de comunicação; 2) a metodologia de pesquisa, que tentou identificar quais as ferramentas que melhor nos levassem a responder as questões de estudo; 3) os pressupostos teóricos e a discussão dos achados com uma análise das questões da prática dos educadores, colhidas em entrevistas e estudos de casos, à luz das teorias de pesquisadores como Schindhelm, Louro e os RCNEIs, dentre outros. Por fim apresentamos algumas considerações sobre o assunto à luz das teorias utilizadas e do trabalho de campo.

1- ESTADO DA ARTE

Como nos disse Ferreira (2002), nos últimos anos a produção de pesquisas denominadas “estados da arte” ou estados do conhecimento”, teve um aumento significativo. Essas pesquisas são definidas como sendo de caráter bibliográfico, e trazem em comum o desafio de mapear e discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, elas tentam responder que aspectos e/ou dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de formas e condições que tem sido produzidos dissertações de mestrado, doutorado, publicações em periódicos e etc., também são reconhecidas por realizarem uma metodologia inventariante e descritivo da produção acadêmico o tema investigado, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado.

No campo da Sexualidade Infantil, percebemos um grande numero de material sobre o tema, como ilustra a tabela a seguir: Essas pesquisas foram feitas no Portal de Periódicos da Capes, Biblioteca da UFMG e Reuniões anuais da ANPED, no período de 2006 a 2012.

Foram um número significativo de periódicos sobre o tema, principalmente no portal da ANPED, porém os mais significativos foram os trabalhos da Schindhelm e Louro, essas autoras tratam do tema específico da sexualidade infantil.

Tabela: Publicações encontradas sobre o tema sexo e sexualidade infantil

Fonte pesquisada	Tipo de publicação	Número de achados
Portal de Periódicos da Capes	Artigos	10
Biblioteca da UFMG	Dissertações	02
	Livros	04
Reuniões anuais da ANPED	Trabalhos apresentados	18

Dentre esses achados, destacamos Schindhelm (2009), que fez uma investigação que buscou conhecer a sexualidade infantil e suas manifestações na escola. Ela também destaca a questão de compreender o que os educadores sabem sobre a sexualidade infantil. Essa questão ficou em evidência durante as entrevistas realizadas com as educadoras da escola em que

realizo a pesquisa, e o que é ainda mais relevante para este estudo, como elas lidam com essas questões no dia-a-dia.

Em outro trabalho, Schindhelm (2011) estudou como se deu a formação das educadoras de uma creche para conhecer os processos subjetivos e suas concepções de sexualidade e, novamente, aborda a questão de como os profissionais da educação infantil, compreendem e lidam com as questões relativas ao sexual no contexto escolar. Sua pesquisa concluiu que a sexualidade é uma construção social relacionada ao poder e à regulação. Esse estudo pode contribuir para a nosso estudo, pois os pontos de debate são os mesmos, distinguindo somente no foco da idade e da prática.

Outra pesquisa é a de Ferreira (2011) que nos traz diversas contribuições. Ela conclui que uma das tarefas do educador Infantil é “contemplar as múltiplas dimensões do processo de desenvolvimento da criança” (p.15). Neste sentido faz muita diferença a maneira como a intervenção do profissional que trabalha com essas crianças é feita uma vez que deve auxiliar no processo de constituição. Por fim, a autora deixa claro que “a sexualidade precisa ser analisada no interior de todo o contexto educativo, para que todas as pessoas, desde a mais tenra idade, sejam vistas como seres em plenitude no processo permanente de construção da cidadania” (p.15).

Louro (2000), em seu livro intitulado “O Corpo Educado: Pedagogias da sexualidade”, aborda as dificuldades das pessoas ao falarem sobre o tema “sexo e sexualidade”: “(...) a sexualidade era um assunto privado, alguma coisa da qual deveria falar apenas com alguém muito íntimo e, preferencialmente, d forma reservada” (p.20). Esse assunto parecia, naquele contexto não ter nenhuma dimensão social, e, como afirma a autora “viver plenamente a sexualidade era, em princípio, uma prerrogativa da vida adulta” (p.120). – Vale mencionar que outra contribuição desse estudo de Louro é a abordagem dos fatores que influenciam e interferem na maneira como lidar com essa questão, dentre eles: geração, raça, nacionalidade, religião, classe e etnia. Durante as entrevistas, foram detectados as dificuldades que os profissionais ainda tem de abordar o assunto. Muitos não sabem como, Tem medo da reação das famílias, ou por motivos religiosos acham que isso é papel somente da família ou médico.

Mais uma pesquisa encontrada foi a de Almeida (2008) que teve como proposta contextualizar a discussão das (homo) sexualidades e de gênero na escola através de documentos oficiais da Educação. Essas análises são parte de uma pesquisa de mestrado em Educação realizada nos anos de 2007 e 2008, cujo objetivo foi o de compreender e problematizar aspectos da constituição identitária de docentes que transitam pelas fronteiras das sexualidades e do gênero.

Numa outra abordagem, o trabalho de Silva (2008) teve como objetivo desenvolver uma reflexão sobre uma experiência com material audiovisual em um projeto de pesquisa que aborda a constituição da identidade feminina e masculina no espaço da socialização infantil e o papel da família e da escola nesse processo. A partir de uma perspectiva de incentivo à convivência entre os diferentes, com base em relações mais simétricas, foi observada a reação do público ao assistir um vídeo gravado em uma escola de ensino fundamental, ao longo dos últimos anos. Esse estudo não contribui diretamente com o nosso, especialmente por seu foco estar no ensino fundamental, mas, não deixa de se constituir numa contribuição para as discussões referentes a sexo e sexualidade na escola. A influência da boneca Barbie no comportamento das meninas, ao longo de sua existência, foi objeto de pesquisa se Roveri (2008). Segundo ele, duas bonecas Barbie são compradas, a cada segundo, em algum lugar do planeta. Com a troca constante de embalagens e o visual adaptável às diferentes etnias, a boneca norte-americana construiu uma memória do mundo em quase meio século de existência. Sempre atrelada à beleza e a um comportamento jovem e consumista, Barbie atingiu o Novo Milênio com o status de boneca mais vendida no mundo. Mas, o que poucos sabem, é que Barbie tem uma descendência alemã e é fruto de um modelo feminino ideal do pós-guerra. Desde que nascem, as crianças vivenciam certas experiências sociais que são determinadas pelo fato de serem meninos ou meninas. Nesse sentido, Felipe (2003, p. 125 apud ROVERI, 2008, p.11) nos mostra que:

se observarmos as propagandas de brinquedos dirigidas às meninas, também veremos que elas investem de forma importante na idéia de cultivo à beleza como algo inerente ao feminino, aliada sempre ao supérfluo, ao consumo desenfreado, ou seja, não basta ter apenas a boneca Barbie, Susi ou Polly, é preciso ter todos os modelos e variações da mesma boneca e seus respectivos acessórios.

Por outro lado, se observarmos a publicidade de “brinquedos para os meninos”, notamos que ela traz a definição de como eles devem se comportar: as cores escolhidas para estampar a embalagem geralmente são mais fortes, os rostos ofensivos dos bonecos demonstram poder, ação e coragem, juntamente com mensagens que demarcam a quem o brinquedo é dirigido. Essa pesquisa trabalha a questão de gênero, que classifica, brinquedos para meninos e para meninas, levando em conta, o que é para “homem” e o que é de “mulher”.

Mais um achado é o trabalho de Dal'igna (2009). Tomando o pensamento de Michel Foucault e as possibilidades que ele abre para a Educação, o autor compreende que a

educação escolar tem se constituído, desde sua institucionalização, num espaço privilegiado para a concretização dos ideais do Iluminismo, estando profundamente envolvida na produção do sujeito moderno (disciplinando seu corpo, tornando-o dócil e produtivo), seu trabalho esta escudado em Foucault, que traz contribuições sobre o processo de desenvolvimento afetivo sexual.

Braga (2009) investigou as justificativas mais frequentes para a proliferação e a visibilidade dos discursos sobre a(s) sexualidade(s) na cena contemporânea, e ela aponta, inclusive, o avanço e a publicização da AIDS nos anos de 1980. Neste contexto, a autora aponta as questões que hoje perpassam as discussões, inclusive no cenário educacional, além de lidar com a recorrência dos aspectos atinentes à prevenção e a saúde do corpo biológico. Essa pesquisa não tem como foco de estudo a Educação Infantil, mas traz contribuições no sentido do avanço sobre a discussão da sexualidade, inclusive a infantil.

Braga (2010) fez um estudo sobre os autores que investigaram e investigam o estabelecimento da sexualidade como fato explícito na sociedade. Dentre esses pesquisadores encontrados ela cita Foucault (1979), Ariès (1973), Meirelles (1997), Telarelli Junior (1997), Master e Johnson (1998), Spitz (1997) e Silva (1993). Ela conclui salientando que:

A sociedade, a família e a escola têm o dever de preparar e dar suporte para o adolescente trilhar sua trajetória de transição, por meio de programas educativos em que a temática sexual esteja inserida, desde a educação infantil à universidade (BRAGA, 2010, p. 4).

A relação família escola na instituição estudada é vista como essencial ao trabalho escolar, por proporcionar as crianças segurança, tranquilidade e harmonia.

Mais uma contribuição é a de Castro (2010) que fez um estudo em três universidades brasileiras a fim de verificar se essas contemplam, em seu currículo do curso de Pedagogia, alguma disciplina sobre a temática da Sexualidade. Ela constatou que em apenas uma das universidades pesquisadas havia tal problematização, ancorada em uma disciplina específica. Uma realidade que, ao criar uma diferença, ressalta sua importância, sobretudo se pensarmos as condições de emergência e de jogos de força que possibilitaram sua efetivação. É essa iniciativa que o autor afirma ter tomado sem a pretensão de fornecer respostas seguras ou definitivas, mas esperando contribuir para os debates em torno da formação docente relacionada às questões de gênero e sexualidades.

Ainda Furlani (2008) faz um estudo de análise cultural a partir da expressão “Que bicho é esse?”, usada no livro didático infantil de Lopes (2000), para se referir à temática

“sexo e sexualidade”. Ela argumenta que na escola “os sexos”, “as sexualidades” e “os gêneros”, podem ser pensados como “monstros curriculares”, como todo e qualquer assunto polêmico. Conclui afirmando a importância de que essa resistência em permitir que, na educação sexual os processos constituintes da normalidade e da desigualdade possam ser permanentemente, postos em questão.

Quanto a Ribeiro (2008), pesquisa a fala dos educadores que atuam na educação infantil, aborda a questão do porquê, ainda hoje, as expressões da sexualidade das crianças causam tanta agitação. O autor aborda, também, em que contextos as crianças da educação infantil expressam sua sexualidade na escola? Ele conclui dizendo que todas essas perguntas constituem um emaranhado de caminhos – um labirinto – e desafiam nossa capacidade para pensar as multiplicidades e as interconexões desses discursos que podem ser produzidos no cotidiano da educação infantil.

Numa outra linha, Pereira (2007) traz em sua pesquisa a discussão que relaciona estudos de gênero, de mídia e da infância, especialmente na medida em que voltado para a discussão e problematização das formas pela quais meninos e meninas vêm sendo enunciados midiaticamente. Seu trabalho tem como objetivo analisar, especificamente, como a mídia, de modo peculiar, o cinema, tem posicionado a criança como sujeito do amor romântico.

Por fim, Casarotti (2009) investigou os impasses dos professores da educação infantil, diante das questões da sexualidade da criança, no espaço escolar, seu trabalho se assemelha aos estudos de Schindhelm (2009 e 2011) que trata do assunto. Esse foi o foco central do estudo realizado, que averiguou as dificuldades dos professores em agir diante de situações em que a sexualidade infantil emerge e de que maneira esse tema interfere na ação pedagógica. Além da revisão literatura sobre o assunto, a partir do referencial teórico da Psicanálise, foram realizadas conversações com um grupo de oito professores da educação infantil: docentes de escolas públicas e privadas de Belo Horizonte.

Todos esses estudos contribuem, direta e indiretamente para justificar a pesquisa sobre o tema sexo e sexualidade desenvolvida.

2- METODOLOGIA

A metodologia exigida para todos os participantes do curso de Especialização em Docência da Educação Infantil, da Universidade Federal de Minas Gerais é a denominada pesquisa-intervenção. No início surgiu a dúvida entre a pesquisa intervenção e a pesquisa-ação e, por isso fez-se necessário definir o que é uma e o que outra.

Primeiramente pesquisamos o que é a pesquisa-ação, que para Engel (2000) é um tipo de pesquisa participante, engajada, em oposição à pesquisa tradicional, que é considerada como "independente", "não-reativa" e "objetiva". Como o próprio nome já diz, a pesquisa-ação procura unir a pesquisa à ação ou prática, isto é, busca desenvolver o conhecimento e a compreensão como parte da prática. É, portanto, uma possibilidade de se fazer pesquisa em situações em que também se parte do contexto pesquisado e se deseja melhorar a compreensão deste.

A proposta do nosso trabalho surgiu da necessidade de superar a lacuna entre teoria e prática. Uma das características deste tipo de pesquisa é a proposta de intervir na prática de modo inovador, já no decorrer do próprio processo de pesquisa, e não apenas como possível consequência de uma recomendação na etapa final do projeto.

Concordamos com Esteban (2010) quando nos diz que a finalidade essencial da pesquisa-ação não é o acúmulo de conhecimentos sobre o ensino ou a compreensão da realidade, mas, contribuir com informações que orientem a tomada de decisões e os processos de mudanças para a sua melhoria.

Compreendemos, afinal, que a pesquisa-ação contribui para a reflexão sistemática sobre a prática social e educacional com vistas à sua melhora e à mudança, tanto pessoal, quanto social. A pesquisa-ação não é o estudo daquilo que outros fazem, mas de nossas próprias práticas. Ela oferece a possibilidade de superar o binômio “teoria-prática”, “educador-pesquisador”.

Sendo assim, esta pesquisa contribuirá com o grupo pesquisado uma reflexão, sobre a filosofia de trabalho desenvolvido e outras maneiras de abordagem deste e de outros temas, contribuindo para o desenvolvimento integral de nossos alunos.

Na perspectiva de Esteban (2010) o plano é, afinal, a ação organizadora e, por definição, deve antecipar a ação. Trata-se de decisões práticas e concretas a respeito do que se deve fazer, por quem, quando e como fazê-lo, com que recursos, podem contar, como se repartirão as tarefas entre os membros do grupo, reuniões de equipe a realizar, como serão

coletados os dados. Planejar “é uma ação reflexiva e aberta a mudanças” (ESTEBAN, 2010, p.172).

E nosso objetivo maior foi o de propor estratégias de formação e espaços de reflexão sobre como lidar com questões de sexo e sexualidade com crianças de dois e três anos no dia-a-dia da escola. Pretendemos, com essa intervenção, contribuir com a prática reflexiva das educadoras sobre os problemas de “sexo e sexualidade” vivenciados no dia-a-dia, pois, como afirma Esteban, “A reflexão pretende encontrar o sentido dos processos educacionais, dos problemas que surgiram na implantação do plano” (2010, p. 176).

De acordo com Rocha e Aguiar, a pesquisa-ação visa mudanças na realidade concreta com uma participação social efetiva, porém “os dados são sempre provisórios e se aplicam a grupos de pequena de média dimensão” (2003, p.65). Nesse sentido, as autoras nos lembram que a pesquisa-intervenção consiste em uma tendência das pesquisas participativas que busca investigar a vida de coletividades na sua diversidade qualitativa, assumindo uma intervenção de caráter socioanalítico. Também Rodrigues e Souza¹ (1987, apud ROCHA e AGUIAR, 2003, p.66), “evidenciam que a pesquisa-intervenção representa uma crítica à política positivista de pesquisar”. Isso porque, segundo as autoras, a pesquisa-intervenção aprofunda a ruptura com os enfoques tradicionais de pesquisa e amplia as bases teórico-metodológicas das pesquisas participativas, enquanto proposta de atuação transformadora da realidade sócio-política, já que propõe uma intervenção de ordem micropolítica na experiência social.

Rocha e Aguiar relatam que “o processo de formulação da pesquisa-intervenção aprofunda a ruptura com enfoques tradicionais de pesquisa e amplia as bases teórico-metodológicas das pesquisas participativas” (2003, p. 67). Fazendo assim, com que a intervenção não seja simplesmente uma ação isolada e pontual na realidade pesquisada. Complementando:

A transformação do existente não se limita à criação de condições ou meios adequados à realização de um potencial, mas refere-se a uma micropolítica que implica o intensivo, o plano dos processos de constituição de realidades, que abre o atual à pluralidade das formas de existência e qualifica a transformação enquanto criação de possíveis (ibid, p. 70).

Segundo as autoras a pesquisa-intervenção não visa à mudança imediata da ação instituída, pois a mudança é consequência da produção de uma relação entre teoria e prática, assim como entre sujeitos e objeto. As autoras pontuam ainda que entre os aspectos centrais que vêm norteadando o desenvolvimento da pesquisa-intervenção, estão: mudança de

¹ RODRIGUES, H. B. e SOUZA, V. L. B.. A. Análise institucional e a profissionalização do psicólogo. In V. R. Kamkhagi e O. Saidon (orgs). **Análise Institucional no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987, pp. 27-46.

parâmetros de investigação no que tange a neutralidade e objetividade do pesquisador, a produção concomitante do sujeito e do objeto, o questionamento dos especialismos instituídos. Desse modo, a análise se realiza com as instituições que atravessam o processo de formação (ibid).

Pesquisar é ação, construção, transformação coletiva, análise das forças sócio-históricas e políticas que atuam nas situações e das próprias implicações, inclusive dos referenciais de análise. Desse modo, “conflitos e tensões são as possibilidades de mudança, pois evidenciam que algo não se ajusta, está fora da ordem, transborda os modelos” (ibid, p.72). Finalmente, “não há, portanto, o que ser revelado, descoberto ou interpretado, mas criado” (ibid, p.72).

Considerando o caráter mais amplo da investigação, optamos por fazer uma pesquisa-intervenção, por favorecer essa análise mais ampla sobre a realidade pesquisada. Por todos esses itens favoráveis, elaboramos um plano para a intervenção na prática reflexiva do grupo de educadoras da escola pesquisada.

A respeito da escola em questão, cabe aqui um pequeno histórico de sua criação. No ano de 2000 os moradores da região que hoje abriga a escola reivindicaram, junto ao poder público, a criação de uma creche pública para que pudessem deixar seus filhos enquanto trabalhavam. Foi criado, então, um convênio entre a Prefeitura de Belo Horizonte e a Associação Metodista, surgindo assim, a primeira sede da instituição. Em 2002 a escola tornou-se anexo de uma outra escola municipal e se muda para uma casa alugada que, no ano de 2005, seria desapropriada para a implementação definitiva da escola que, em 2007, seria renomeada.

Tendo sido construído um novo prédio, a escola é inaugurada oficialmente em março de 2009. Estando inserida neste contexto histórico-social, a instituição mantém um bom relacionamento com a comunidade. Assumindo o seu papel de agente transformador da realidade, vê no seu trabalho um instrumento que propiciará um trabalho mais dinâmico e organizado, contribuindo para uma educação de qualidade que atenda aos anseios dos pais e profissionais, que consiga oferecer subsídios de qualidade ao trabalho pedagógico. Um ambiente agradável de trabalho para seus servidores e um espaço de integração com a comunidade.

Durante a intervenção, foram levantadas várias hipóteses, uma delas seria a possibilidade de levar um especialista na instituição para falar com as educadoras sobre o tema “sexo e sexualidade na educação infantil”. No entanto, nos deparamos com o problema das datas disponíveis para essa intervenção, pois a rede dispensa os alunos uma vez por mês

para a realização do Módulo Pedagógico, momento em que os educadores fazem o planejamento da prática cotidiana. Tínhamos, então, o dia 19 de julho ou uma data da primeira semana de setembro, visto que em um mês o módulo acontece na escola e o outro na SMED – esse último foi o caso do mês de agosto.

Bem, visto que setembro ficaria muito longe, resolvemos realizar a intervenção em 19 de julho de 2013. Ainda assim, outro problema fez-se presente: todos os especialistas que tínhamos contato iriam viajar com as famílias por causa do recesso escolar. Entramos em contato com cinco especialistas e não obtivemos sucesso. Resolvemos então que eu mesma faria a intervenção sob a orientação da professora Luciana – minha orientadora.

Selecionamos o material teórico e a forma como seria apresentado. Inicialmente faríamos um bate papo com o grupo de 40 professoras da escola, sobre o tema “sexo e sexualidade na educação infantil”, mediado por slides e vídeos² baseados no Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil (1998).

Durante todo o encontro o grupo participou fazendo perguntas, dando exemplos e pedindo para abordar assuntos como “e como perceber quando é apenas uma curiosidade e quando a criança está sendo abusada por um adulto?”. Neste sentido, foi discutido sobre a sensibilidade dos educadores no trato, sobre a observação às mudanças de humor, comportamento e isolamento das crianças - características de quem sofre abusos. Casos de filhos e parentes das educadoras foram colocados por elas para ilustrar algumas situações.

² Os vídeos exibidos foram Virgem (disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=S8x2h7ayUD8>); Sexo dos anjos (disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=MzKtgApW1II>), A época da inocência (disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=5a-LkzgLuyw>), Como explicar a sexualidade a crianças disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=-M8SQI-ckWM> e Pensamento infantil – sexualidade disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/crianca-e-adolescente/desenvolvimento-e-aprendizagem/video-pensamento-infantil-sexualidade-529074.shtml>.

3- DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS ACHADOS

Os RCNEI (1998) afirmam que a sexualidade tem grande importância no desenvolvimento e na vida psíquica das pessoas, pois independentemente da potencialidade reprodutiva, relaciona-se com o prazer, necessidade fundamental dos seres humanos. Nesse sentido, a sexualidade “é entendida como algo inerente, que está presente desde o momento do nascimento, manifestando-se de formas distintas segundo as fases da vida” (ibid, p,3). O desenvolvimento da sexualidade é fortemente marcado pela cultura e pela história, dado que cada sociedade cria regras que constituem parâmetros fundamentais para o comportamento sexual dos indivíduos. A marca da cultura faz-se presente desde cedo no desenvolvimento da sexualidade infantil, por exemplo, na maneira como os adultos reagem aos primeiros movimentos exploratórios que as crianças fazem em seu corpo. Essa concepção faz relação com o estudo de Diniz e Luz (2007), que será abordado mais tarde neste trabalho, e também com Schindhelm (2011, p.20):

Assim como a infância nem sempre foi vista da mesma maneira, a sexualidade também é uma construção social definida por marcas culturais impressas antes mesmo da concepção de um bebê. Supondo o desejo de um casal de ter um filho, a sexualidade mostra-se presente desde a experiência sexual para fecundar o embrião, passando pelo imaginário dos pais acerca do gênero desta criança e pelas construções afetivas destinadas a este futuro bebê.

Quanto à relação das crianças com o prazer, ela se manifesta de forma diferente da do adulto. Em momentos diferentes da vida, ele pode se concentrar em determinadas partes do corpo mais do que em outras. A boca é uma das regiões pelas quais as crianças vivenciam, de modo privilegiado, sensações de prazer, ao mesmo tempo em que se constitui em recurso de ação sobre o mundo exterior. Para um bebê, o sugar está presente tanto nos momentos em que mama ou é alimentado, como quando leva à boca objetos que estão ao seu alcance ou partes de seu corpo. Nesse contexto, a mordida pode ser entendida, também, como uma ação sobre o meio. Nessa fase, as crianças descobrem o poder que têm por meio de suas reações de recusa ou aceitação do alimento que lhe oferecem (ibid, 1998) - Zornig (2008) trata desse assunto, escudada por Freud: o que será abordado mais à frente.

A respeito da fase do controle esfinteriano, tudo o que diz respeito às eliminações ganha uma importância enorme para as crianças e para os adultos com quem convivem. Logo As crianças percebem que os adultos tendem a reagir conforme hábitos e concepções muito

arraigados acerca do que é limpo, sujo, “feio” ou “bonito”, podendo usá-las como recurso para manipular o adulto, contrapondo o seu próprio desejo às expectativas dele (ibid).

Outra consequência que decorre do controle esfinteriano é o favorecimento da exploração dos órgãos genitais, antes escondidos pelas fraldas. Aumenta a curiosidade da criança por seus próprios órgãos genitais, podendo entregar-se a manipulações por meio das quais pesquisam as sensações e o prazer que produzem. Paralelamente, cresce também o interesse pelos órgãos das outras crianças, que também podem se tornar objeto de manipulação e de exploração em interações sociais dos mais diversos tipos: na hora do banho, em brincadeiras de médico, etc. (ibid). Esse é o caso das crianças de dois e três anos, foco desse estudo. Dentre as professoras entrevistadas pudemos perceber essas manifestações:

D - Bem, aqui na escola, com essa mesma faixa etária de dois e três anos, a gente não pode dar banho neles juntos de jeito nenhum, pois eles ficam olhando, reparando e querendo pegar no outro. Não sabemos a carga que eles trazem, da vivência, eles passam isso pros outros e para eles é normal, nós é que vemos isso com aquele medo de acontecer alguma coisa, aquela preocupação de acontecer alguma coisa, mas pra ela é normal é como se, se estivesse brincando com uma boneca, com alguma coisa assim, né? (excerto de transcrição da entrevista de 13 de mês junho de 2013).

As crianças demonstram muita curiosidade pelos próprios órgãos sexuais e pelos órgãos sexuais das outras crianças. Elas querem pegar, ver e brincar com as partes íntimas e essa situação pode causar muitos transtornos, visto que já possuem um domínio grande do vocabulário, mas não sabem como repassar os fatos como os entendem. Assim os pais acabam achando que etapa havendo “oba-oba”, “suruba” entre as crianças e que as educadoras não estão cuidando devidamente do seu filho.

Também podemos encontrar nos RCNEI (1998) uma abordagem sobre como é a reação dos adultos frente às explorações da criança, em seu próprio corpo, e dos jogos sexuais com outras crianças, o que nos fornece parâmetros sobre o modo como é vista sua busca de prazer. Esse contexto influencia os comportamentos atuais e a composição da vida psíquica da criança, mas, a recepção dos adultos a suas explorações ou perguntas ligadas à sexualidade podem suscitar diferentes reações, desde atitudes de provocação e exibicionismo, até atitudes de extremo retraimento e culpa. Lembrando que o foco dessa pesquisa é sobre como os educadores lidam com essa questão.

Tanto nas famílias como na instituição escolar, as explorações sexuais das crianças mobilizam valores, crenças e conteúdos dos adultos num processo que nem sempre é fácil de ser vivido, sobretudo se virem na curiosidade e exploração das crianças uma conotação de

promiscuidade ou manifestação de algo “anormal”. A tendência é que, quanto mais tranquila for a experiência do adulto, no plano de sua própria sexualidade, mais natural será sua reação às explorações espontâneas infantis (ibid). Constatamos que tanto para as famílias, quanto para as educadoras é muito difícil definir o que é “normal”, “correto” e o que não é, e como “conversar” com a criança sobre o assunto. Na formação que realizamos com os professores foi apontada a seguinte situação:

T - *Três meninos pegaram uma coleguinha e ficaram os três em cima dela e, quando eu corri pra perto, pra ver, então eu percebi o que era: estavam os três enchendo ela de beijo, no pescoço, fazendo carinho nela e eu chamei os três e a coleguinha, levei eles pra perto de mim e conversei com eles. A menina falou: “não tia, eles são meus namorados”. Aí eu falei com ela: “mas você estava namorando com três, de uma vez só?”, levando na brincadeira, e ela disse: “é tia, porque eu gosto deles”* (excerto de transcrição da entrevista de 11 de mês junho de 2013).

Mesmo as questões da sexualidade infantil, sendo objeto de estudo de diversos pesquisadores, percebe-se que há uma lacuna com o que é vivido na escola, principalmente nos documentos oficiais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), que não abordam a questão da sexualidade infantil em sua redação. Quando o assunto é mencionado, faz-se referência a um “plano” de orientação sexual, voltado para a adolescência. A exceção são os RCNEI, que fazem uma abordagem geral sobre o tema à luz do desenvolvimento humano, o que pode contribuir com o trabalho das educadoras dando-lhes respaldo legal para tratar o assunto com os interessados: família e as próprias crianças.

Também percebemos essa lacuna nos cursos de formação. Durante as entrevistas, para a questão: “você já teve alguma matéria no seu curso ou palestra sobre esse assunto?”, obtivemos as seguintes respostas:

T- *Sim, quando eu estava fazendo o ProInfantil, a gente teve né, várias aulas sobre esse tema na sala de aula. A gente viu alguns vídeos... tinha uma professora que ela era excelente pra tocar neste assunto, ela ensinava a gente como lidar com as crianças, como abordar as crianças quando a gente visse algum fato acontecendo e isso me ajudou muito* (excerto de transcrição da entrevista de 11 de mês junho de 2013).

S- *Assim, palestra não, matéria, ainda não, mas todos os professores falam disso com a gente; falam que isso é da criança mesmo, que a gente tem que saber como lidar quando a criança está nesta fase, mas palestras não* (excerto de transcrição da entrevista de 11 de mês junho de 2013).

D- Sim, já tive sim, estava fazendo o ProInfantil e a gente teve palestra com um psicólogo que disse que a criança sente prazer desde novinha, desde bebê, só no toque, no seios, quando esta amamentando, ele começa assim, sente prazer no colo da mãe, sente prazer desde bebê (excerto de transcrição da entrevista de 13 de mês junho de 2013).

Assim como há lacunas na formação, na legislação, também na prática diária, por fatores pessoais, religiosos de cada educadora, esse assunto se torna “proibido”, “impróprio” e elas não sabem o que fazer. Na maioria das vezes optam pelo mais fácil, “deixam pra lá”, ou fazem de conta que não viram. Pelas entrevistas pode-se perceber que houve a abordagem, mas somente para conhecimento, sem nenhum estudo mais específico.

Como afirmam Diniz e Luz:

O sexo torna-se objeto de saber por meio de dispositivos de poder nos discursos sobre a sexualidade presentes, por exemplo, no discurso médico - científico que busca a normatização da sexualidade, com especial atenção sobre a sexualidade da mulher, da criança, do/a adolescente, e das chamadas sexualidades periféricas, como a homossexualidade, que até 1990 ainda era diagnosticada pelo discurso médico no Brasil, como perversão ou distúrbio sexual, embora a partir de 1985, já constasse mais nos manuais da Associação Médica Brasileira como tal (2007, p 5).

Apesar de todos os estudos e evolução tecnológica, ainda percebemos que “elementos de uma cultura repressiva parecem ainda sobreviver nos discursos religiosos ou familiares que se posicionam contra a perspectiva de uma educação sexual nas escolas” (DINIZ e LUZ, 2007, p. 5). Em relação à “orientação sexual” ainda presente no currículo das escolas, Diniz e Luz (ibid) nos dizem que não cabe à educação “orientar” a sexualidade, pois a orientação sexual do sujeito é uma construção histórico-cultural, resultado de suas vivências singulares, que devem ser respeitadas pela escola.

No que se refere às possíveis intervenções da educação na sexualidade, os autores preferem o termo “educação sexual”. Esse termo significa problematizar a sexualidade, “não no sentido de encará-lo como problema a ser resolvido, mas questionar as evidências, apresentar um leque de conhecimentos para que a sexualidade, seja compreendida” (ibid, p.8).

Os autores falam ainda que a dificuldade em compreender todos os aspectos implicados quando pensamos a sexualidade, como sendo produzida na dimensão histórico-cultural, tem sido observada nas demandas dos professores e alunos dos cursos de formação ou aperfeiçoamento. Uma dessas demandas desses grupos é “aprender a lidar com a sexualidade”. Desse modo, “não se aprende a lidar com a sexualidade, assim como não se aprende a lidar com as necessidades educativas especiais” (ibid, p.9), pois somos seres

histórico-culturais e a construção de nossas identidades se dá desde o momento de nosso nascimento, na relação com o outro nas diferenças.

Zornig (2008), em seus estudos sobre as teorias sexuais infantis, nos diz que a masturbação infantil, a simples busca do prazer sexual, ou ainda a impossibilidade do ato sexual, eram consideradas condutas anormais (perversas) ou sinais de degenerescência. E por isso era um assunto proibido para as crianças, devendo ser tratado somente na idade adulta. Na instituição de educação infantil, as relações afetivas entre as crianças e educadores, são muito fortes chegando, em muitos casos, às crianças referirem-se às educadoras como “mães”, e chorarem quando são retiradas do colo “materno”. Nas palavras de Zornig:

A dimensão única da sexualidade na infância se refere a sua associação direta com a relação afetiva estabelecida entre a criança e seus cuidadores. Assim, ao cuidar de seu corpo, a criança está internalizando a função maternante de seus pais. Ao sentir uma excitação física, ela vai inicialmente precisar de adultos que acolham sua excitação desorganizada e lhe dêem um contorno simbólico e afetivo (2008, p.75).

Mas, como fazer essa acolhida, se eles mesmos (os adultos) não se sentem “à vontade” ou preparados para falar sobre o assunto, e até ousar a dizer “nem mesmo tem sua própria sexualidade resolvida”? (ibid, p.76). Zorning nos lembra que o infantil em Freud se refere a dois planos: o plano da constituição do sujeito, através da constituição das teorias sexuais infantis, e o plano da realidade psíquica da criança e o infantil, que se mantém como um núcleo inconsciente presente na criança e no adulto, relacionando não a um tempo cronológico, mas a um tempo de retroação subjetiva. A sexualidade infantil confronta o adulto com sua própria infância perdida, colocando-o diante de um impasse: reconhecê-la, podendo acompanhar as crianças em seu percurso subjetivo, ou negá-la, para não se deparar com suas frustrações, conflitos e desejos infantis.

Carvalho et al (2012), nos relatam que, ainda que haja um acordo social no sentido de conceber a sexualidade como elemento que faz parte da constituição humana, sua presença é apenas bem-vinda no momento da vida em que a genitália se apresenta biologicamente desenvolvida para exercer a prática sexual. Nesse sentido, a família deveria velar por este comportamento, na tentativa de neutralizá-lo, pois seria este “exercício inapropriado”, de acordo com o ideário médico burguês.

É nessa época, segundo os autores que a ideia de infância se consagra na sociedade ocidental moderna e com ela “elege-se a sexualidade como o grande divisor de águas entre o universo infantil e adulto” (CARVALHO et al, 2012. p.71). A criança é inocente porque está

afastada do sexo, experiência possível e permitida apenas para a vida adulta. Então é impensável a esses adultos, conceberem que uma criança de dois e três anos sinta prazer.

Para Cruz (2012), a educação sexual é necessária, mas não é prioritária. A formação da educadora infantil em educação sexual é considerada, a partir do conjunto das entrevistas feitas por ela, como necessária e sentida diretamente através da própria observação do técnico ou relatada através da demanda expressa, de forma assistemática ou sistemática.

A autora nos diz ainda que, a respeito das reais dificuldades, a maioria de nós, formadores de educadoras, sempre incluiu no trabalho, além das concepções gerais sobre educação ou a instituição, temas como alfabetização, brincadeiras e matemática. Agora, por que não a educação sexual? A sexualidade, no contexto da educação infantil, é tratada sob a ótica do problema. Diferentemente do que se menciona na educação sexual para púberes e adolescentes, cuja ênfase recai na prevenção, no caso da educação infantil a ênfase é mais do tipo corretiva: “o adulto procura saber o que fazer e com qual não soube lidar” (ibid, p.106).

De acordo com Schindhelm (2011), a sexualidade é entendida como uma construção social relacionada ao poder e à regulação. É, ainda hoje, tópico polêmico no espaço escolar, devido à multiplicidade de visões, crenças, tabus, interditos e valores dos alunos, educadores, equipe pedagógica e demais funcionários. O tema enfrenta muitos conflitos e barreiras para ser abordado, ainda hoje.

A prática docente, mesmo na educação infantil, lida com experiências problemáticas que levam os professores a decisões num terreno de grande complexidade, incerteza, singularidade e conflito de valores relativos ao sexual. Isso acontece, por exemplo, quando os educadores deparam-se com situações oriundas das crianças imbuídas por uma vontade de saber algo referente à sexualidade (ibid).

O papel dos educadores infantis, na realidade atual, é muito mais do que o de meros expectadores dos fatos e acontecimentos. Como nos lembra Schindhelm:

O(a) educador(a) infantil, lida com um delicado papel de permutador(a) da realidade social ao defrontar-se com pontos dicotômicos de cruzamento como certo/errado, normal/anormal, natural/ antinatural e cuja posição no campo dessa “política da verdade” aponta para o decisivo papel de atriz no palco social (ibid, p.10).

Essa questão foi percebida durante a intervenção realizada na instituição pesquisada. Após a sessão de vídeos e a palestra, as educadoras reuniram-se para fazer um estudo de casos, colhidos durante as entrevistas. Ao final do trabalho o Grupo 1 - que analisou o caso:

Marina e Paulinho estavam debaixo da bancada. Paulinho estava em cima de Marina fazendo carinho, tocando seu corpo e dando beijo em seu pescoço - constatou o seguinte:

Grupo 1 - *Antes da palestra (vídeos), abordaríamos com espanto, chamando a atenção, separando. Ainda assim é uma situação complicada. Depois, procuraríamos aproximar das crianças e conversar perguntando: “Do que vocês estão brincando??”. Conforme o nosso diálogo com as crianças é que saberemos como agir. Independente da resposta das crianças levaria o assunto à autoridade do (excerto de transcrição da intervenção realizada no dia 19 de mês junho de 2013).*

Todos os grupos relaram preocupação ao “lidar” com o tema, mas compreendem que não se pode generalizar, e que deve-se ter muito cuidado e conhecimento para levar o caso aos pais ou órgãos competentes:

Grupo 5 - *Chegamos à conclusão que imediatamente para uma solução real, o diálogo é de importância primordial, já que se trata de um ser humano (criança nessa faixa etária temos que ter cautela e usar nossa sabedoria intelectual, visão e vivência adquirida, cada caso uma estratégia). Em seguida chamar pais ou responsável e se necessário chamar pessoas competentes (conselho tutelar). Juntos tomaremos as devidas providências achando solução para o caso. Temos que ficar de alerta e não assustar a criança quando casos assim vierem a acontecer; procurar ajudar com o colega registrando o fato. Nunca omitir, pois muitas vezes nossa omissão acaba sendo um pesado fardo nos dias que se seguem que é essa caminhada que se chama existência, nossas vidas são vidas vividas e virão outras vidas e a vida por si segue. Nasce e renasce (excerto de transcrição da intervenção realizada no dia 19 de mês junho de 2013).*

Grupo 4 - *Primeiramente em qualquer ato diferenciado da criança antes de fazer um pré-julgamento devemos conhecer as atitudes e comportamentos da criança. Nesta situação abordaríamos a criança sem muito alarde e diríamos que o local não é apropriado para o que eles estão fazendo, que eles podem machucar, sujar e etc. Se o caso vier a se repetir, devemos informar a pedagoga. (excerto de transcrição da intervenção realizada no dia 19 de mês junho de 2013).*

As educadoras, ao final dos trabalhos, parecem ter compreendido que, como nos dizem Diniz e Luz (2007), não aprendemos a “lidar” com as questões da sexualidade, pois essa é uma construção histórico-cultural e está em constantes mudanças. As educadoras entenderam que cada caso é um caso e que temos que usar de “bom senso” para tentar resolver cada situação, usar estratégias diferentes e buscar ajuda. O mais importante, inclusive, é buscar informações sobre o assunto em cursos específicos.

Os educadores têm o papel de “promover a efetiva mediação nos processos de ensino-aprendizagem”, e são responsáveis pela “mudança” ou pela “estagnação” de conhecimentos e

também de valores, pois ensinam para as crianças como as identidades e saberes podem ser representados (ibid, p.10). Nesse sentido, educar uma criança para a vida, conforme Schindhelm (ibid), implica em desenvolvê-las não só nas suas habilidades, nos aspectos pessoais e de personalidade, mas também naqueles que envolvem atitudes e padrões de comportamentos sociais e culturais, como os relativos ao sexual, fornecendo-lhes condições de influenciar o ambiente em que vivemos, exigindo importantes reflexões quanto à sua educação e formação.

Schindhelm (ibid) reconhece, contudo, que a sexualidade ainda é vista como um “bicho de sete cabeças” pela maioria dos educadores. “Também encontra resistências ao seu desvelamento, em razão do lugar privilegiado que detém no cerne dos valores associados à intimidade de uma pessoa e por ser uma dimensão do sujeito que recebe influências e controle por parte do social” (p.15). Inclusive, em entrevista, uma das educadoras relatou o medo das famílias ao tratar o assunto com o(a) filho(a):

D.: No início, sabe, eu não tinha muita experiência, assim... ficava preocupada demais com as coisas, e aconteceu um fato na escola que eu trabalhei de uma criança, ela tinha assim... fui relatar para a mãe, porque ela perguntou como estava o desenvolvimento da criança na escola e, por medo mesmo dela estar sendo abusada por um adulto e achar que aquelas atitudes não era correta para ele, pra idade dele... [...] É é, se não me engano, parece que o pai estava separado da mãe, então, a mãe foi cobrar do pai que ficava com ele, se tinha acontecido alguma coisa, ou na presença dele, ou que tinha ele tinha feito alguma coisa, então o pai ficou muito revoltado e foi na escola reclamar e disse que se o filho estava na escola o dia inteiro, então nós estávamos ensinando. Então foi assim, o pai tirou o filho da escola, e só depois que ele percebeu que não tinha o porquê tirar o filho da escola e que era só conversando que resolveria o assunto, e que nós estávamos só preocupados com o filho dele (excerto de transcrição da entrevista de 13 de mês junho de 2013).

Sabemos, afinal, que os problemas da prática profissional docente comportam situações problemáticas que levam os professores a decisões num terreno de grande complexidade, incerteza, singularidade e também de conflito de valores, como aquelas evidenciadas nas narrativas das educadoras entrevistadas acerca das experiências profissionais relativas à sexualidade infantil. Para Nunes:

Não se fala da sexualidade de maneira fragmentada, dividida, estanque. As relações sexuais são relações sociais, construídas historicamente em determinada estrutura, modelos e valores que dizem respeito a determinados interesses de épocas diferentes. Esse relativismo não pode ser irresponsável (1997, p.15).

Sendo assim, ficam algumas perguntas: como abordar, orientar e esclarecer as dúvidas de crianças tão pequenas? Como deve proceder o educador em situações de indagações desses pequenos, visto que são constantemente bombardeados de “informações”, principalmente das mídias? Para Furlan, “Há a necessidade de cuidar com as informações que as crianças recebem através da mídia” (2008. p.8), pois elas podem estar distorcidas e/ou errôneas.

Schindhelm (2011) relata que as crianças são pessoas em relação com as outras e, por isso, sujeitas a influências sociais e afetivas nas suas escolhas e na construção de suas identidades e comportamentos. Na expressão de suas sexualidades, tendem a ser alvo de vigilância e ficam enquadradas como figuras desviantes do esperado, por adotarem atitudes ou comportamentos não condizentes ao esperado ou aceito pela sociedade atual. Citando Foucault:

A prática docente na educação infantil lida, no dia-a-dia, com experiências problemáticas que levam os educadores a decisões num terreno de grande complexidade, incerteza, singularidade e de conflito de valores relativos ao sexual, quando deparam-se com situações oriundas das crianças regidas por uma “vontade de saber” (FOUCAULT³, 2005, p.14 apud SCHINDHELM, 2011, p.8).

Os educadores e as crianças estão a todo o momento, criando, trocando e modificando suas atitudes e valores e, é nessas relações que são construídos o conhecimento sobre o mundo, sobre si mesmo e sua sexualidade. Nesse sentido, lidar com a sexualidade infantil, no contexto da escola, pode ser um desafio diário e penoso no sentido da ansiedade de tentar “resolver” um problema que não tem uma solução definitiva, que está sempre nos discursos, por se tratar de algo do sujeito.

³ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema sexo e sexualidade na educação infantil faz parte dos debates de pesquisadores, educadores e especialistas há muitos anos e ainda será por outros tantos, pois a sociedade muda a cada instante e as concepções também mudam.

Na pesquisa bibliográfica pudemos perceber, na maioria dos estudos, que esse tema, por se tratar de uma construção histórico-cultural, não tem conclusão. As soluções ou a abordagem adotada dependem de cada época, cada constituição sociocultural e, também, a estrutura familiar, pois cada qual carrega sua bagagem de saberes e todos estão sobre fortes influências do meio.

Durante a pesquisa pode-se perceber, também, que as educadoras ainda têm a visão da infância como “a época da inocência”, não sabendo assim, como agir em algumas situações, como, por exemplo, em situações de demonstração de carinhos que envolvam “carícias”, “toques” e até mesmo o beijo, dentre outras.

Observamos assim como nos disse, Schindhelm que a sexualidade é entendida como uma construção social relacionada ao poder e à regulação. É, ainda hoje, tópico polêmico no espaço escolar, devido à multiplicidade de visões, crenças, tabus, interditos e valores dos alunos, educadores, equipe pedagógica e demais funcionários. O tema enfrenta muitos conflitos e barreiras para ser abordado, não sendo possível uma definição final. O que podemos afirmar é que cada um tem suas limitações em relação ao tema, seja ela religiosa, política, social ou cultural.

Nossa pesquisa aponta que, além da questão da curiosidade das crianças, outras questões mais graves podem estar presentes, como por exemplo, a questão do abuso sexual. Infelizmente não foi possível aprofundar nesta questão, pois não era nosso foco, e não havia tempo hábil, mas é um assunto que causa muito mal-estar em todos os profissionais envolvidos e pode ser tema de estudos futuros.

Para a maioria das educadoras entrevistadas, outro problema é em relação às famílias: o temor da reação dos pais em relação a alguma intervenção ou orientação, por acharem que a sexualidade infantil é um “erro”, e por isso deve-se apenas reprimir ou fingir que não se viu nada. Alguns pais acham que somente eles têm a autoridade de falar com o filho sobre esse tema, não durante a infância, mas na idade da adolescência, quando há mudanças muito significativas no corpo e na atitude dos indivíduos.

Podemos afirmar, afinal, que é na escola que aparece a maior parte das manifestações da sexualidade, por ser a um lugar de convívio social muito favorável a essas manifestações.

Neste espaço as crianças trazem, cada qual, sua realidade e a partilha entre os demais. É, por excelência, onde surgem as dúvidas, a curiosidade e também os conflitos e, por isso, a família e a escola comungam de responsabilidades no desenvolvimento da criança e devem “ter um olhar” atento a todas as questões que fazem parte do desenvolvimento do ser humano.

As educadoras, ao final dos trabalhos, parecem ter compreendido que, como dizem Diniz e Luz (2007), não aprendemos a “lidar” com as questões da sexualidade, pois se trata de uma questão cultural, podendo sofrer modificações a todo instante, por influências de diversos meios, social, cultural e familiar.

As educadoras e as crianças estão a todo o momento, criando, trocando e modificando suas atitudes e valores e, é nessas relações que são construídos os conhecimentos sobre o mundo, sobre si mesmo e sobre a sexualidade, tornando o assunto uma variável inconstante e mutável a todo o momento e que será tema de estudo de várias gerações, cada uma com suas especificidades.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA. Neil Franco Pereira de, **(Homo)sexualidade e gênero nos documentos oficiais da educação**. GT: Gênero, sexualidade e educação/ n° 23. (2008). In: **(XX) Reunião Anual da ANPED** - Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação.
- BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. **Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC, 1998.
- _____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos temas transversais, Ética**. Brasília: MEC/SEF, 1977.
- CARVALHO. Cintia de Souza. et al, **Direitos sexuais de crianças e adolescentes: avanços e entraves**. Psicologia Clínica, Rio de Janeiro, vol. 24, p 69-88, 2012.
- CASTRO. Roney Polato de. **Professores(as), sexualidade e educação sexual: Produzindo sujeitos nos contextos do programa de educação afetivo-sexual (PEAS)**. GT: Gênero, sexualidade e Educação/ n° 23. In: **(XX) Reunião Anual da ANPED** - Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação.
- _____. “Nossa! Eu nunca tinha parado pra pensar nisso! – Gênero, sexualidade e formação docente, GT: Gênero, sexualidade e Educação/ n° 23. In: **(XX) Reunião Anual da ANPED** - Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação.
- DINIS. Nilson,. Araci Aninelli. **Educação sexual na perspectiva histórico-cultural**. Educar, Curitiba, no 30, p 77-87, 2007.
- CASAROTTI. Magda Helena Balbino. **Sexualidade na educação infantil (manuscrito): impasses dos professores diante das questões das crianças**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Minas Gérias, Faculdade de Educação (2009).
- LOURO, Guacira Lopes. **Corpo, Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- _____. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- SCHINDHELM, Virginia Georg. **A educação Infantil e a sexualidade: espaço de aprender**. IX Congresso Nacional de Educação – EDUCARE, 26 a 29 de Out. de 2009. PUCPR (2009).
- _____. **A sexualidade na Educação Infantil**. Revista Aleph, infâncias. Ano V. n° 16, Nov 2011.

APÊNDICE**Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG****Faculdade de Educação – FaE****DOCEI- Docência na Educação Infantil****SEXO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL****Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Eu,

_____, Carteira de Identidade nº _____, declaro, para os devidos fins, que estou sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “Sexo e sexualidade na educação infantil: como abordar o assunto com crianças de 2 e 3 anos?”, realizada por Gislene Silva Martins, Carteira de Identidade nº MG 8197965, sob a orientação da Professora Luciana da Silva de Oliveira, Carteira de Identidade nº MG 13.274.273, do Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil, da Universidade Federal Minas Gerais.

Estou sendo informado(a) de que:

- 01 - o objetivo do projeto é “analisar como os profissionais da Educação Infantil percebem e lidam com as questões de sexo e sexualidade com as crianças de 2 e 3 anos no seu dia-a-dia”;
- 02 - minha participação é voluntária e que poderei retirar minha autorização no momento que me for conveniente, sem que haja qualquer constrangimento neste sentido por parte das pesquisadoras responsáveis;
- 03 – estou sendo informado(a) de que não me será devida qualquer compensação material ou financeira decorrente de minha autorização;
- 04 – minha participação consiste em ser entrevistado(a) pela estudante Gislene Silva Martins;
- 05 - não serei submetido(a) em qualquer momento ou sob qualquer circunstância, a procedimentos capazes de produzir danos físicos, constrangimentos, ou apuro psicológico ou mental;

06 - assumo que permito a divulgação dos resultados em monografia, na publicação de relatórios e artigos científicos;

07 – quanto à minha identidade:

() será mantida no anonimato durante todo o período do estudo e na publicação da monografia, relatórios e artigos científicos com os seus resultados;

() poderá ser revelada durante todo o período do estudo e na publicação da monografia, relatórios e artigos científicos com os seus resultados;

08 – as pesquisadoras estarão à minha disposição para esclarecer quaisquer dúvidas a respeito da minha participação no estudo para esclarecimento de quaisquer dúvidas.

Após ter tomado conhecimento dos detalhes e consequências do estudo e ter lido e compreendido os termos do presente documento **declaro que:**

01- me encontro no domínio completo de minhas faculdades físicas e mentais e que não me sinto coagido(a), por qualquer motivo ou pessoa, a tomar as decisões acordadas neste convite;

02 – concordo com os termos do convite e que é de minha livre e espontânea vontade a decisão de participar do estudo acima citado.

Assinatura do(a) Declarante:

Tendo em vista a declaração do(a) participante acima assinado, assumimos a responsabilidade total de cumprir as condições de pesquisa descritas, atendendo aos requisitos demandados pelos participantes.

Assinatura do(a) Orientador(a) :

Assinatura do(a) orientando(a):

Luciana da Silva de Oliveira

Gislene Silva Martins

Belo Horizonte, _____ de _____ de 2013.